

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Uma das principais exigências das regras da União Europeia para a aplicação de todo o tipo de fundos e instrumentos europeus de financiamento é a transparência da sua execução. Apesar deste enquadramento ao nível dos diferentes quadros e programas de apoio e assistência, nem sempre o Governo português cumpriu esta exigência. Acrescenta-se a isto que, em particular desde 2016, também o cumprimento dos objetivos comprometidos com a aprovação do Acordo de Parceria que deu origem ao PT2020 deixou de ser publicado, impedindo um escrutínio mais eficaz da aplicabilidade do apoio europeu a Portugal.

Tendo em conta que os fundos europeus representam uma proporção bastante significativa do investimento público em Portugal, e pela importância estratégica que têm neste momento que o país atravessa, diversos partidos, entre os quais o PSD, apresentaram iniciativas parlamentares com objetivo de garantir que a execução do PRR - Programa de Recuperação e Resiliência seria tornada pública num portal criado especificamente para o efeito, em particular os montantes já contratados e os pagamentos já realizados. Aliás, em vários debates públicos o Governo, e em particular o Ministro do Planeamento, assumiu este compromisso.

Como foi hoje divulgado pelo jornal online Eco, a estrutura responsável por executar a bazuca europeia tem vindo a publicar desde setembro um relatório de monitorização onde divulga essa informação bem como o que já está cumprido e o que falta cumprir do acordo estabelecido com a União Europeia. No entanto, acrescenta o ECO, a informação sobre o rumo da concretização deixou de constar no Relatório apresentado relativo ao mês de outubro.

Importa lembrar que, caso o nosso país não consiga cumprir os objetivos contratados com a União Europeia os pagamentos das próximas tranches não serão transferidos.

A execução do PRR é demasiado importante para o país para não sermos exigentes e transparentes com a sua aplicação e o comportamento do Governo relativamente a esta matéria deve deixar-nos a todos de sobreaviso.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo

assinados solicitam, através de Vossa Excelência, a resposta do Senhor Ministro do Planeamento às seguintes perguntas:

1. Como justifica o Governo a falta de informação relativamente ao cumprimento das metas e dos projetos que constava inicialmente nos Relatórios de Monitorização do PRR?
2. Quando prevê o Governo que a informação em falta seja reposta?
3. Face às justificações vindas a público, pretende o Governo passar a divulgar a informação acima referida noutra período temporal?

Palácio de São Bento, 29 de outubro de 2021

Deputado(a)s

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

CARLOS SILVA(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

ISABEL LOPES(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

SOFIA MATOS(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

PAULO NEVES(PSD)

PEDRO PINTO(PSD)